



## APONTAMENTO SOBRE A POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO FEMININA NO CAMPO POR MEIO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Maria Laura Ribeiro Carvalho<sup>1</sup>, Mariana Medeiros Alves<sup>2</sup> & Estevan Leopoldo de Coca<sup>3</sup>

<sup>1</sup> UNIFAL; mlcarvalho50@gmail.com; Bolsista da FAPEMIG

<sup>2</sup> UNIFAL; mlcarvalho50@gmail.com;

<sup>3</sup> UNIFAL; estevan.coca@unifal-mg.edu.br.

---

**Resumo:** O presente artigo traz resultados parciais do projeto de pesquisa “Mulheres do campo e tecnologias digitais na região geográfica intermediária de Varginha”, ainda em desenvolvimento, em que apresenta como temática, a relação da mulher do campo com as tecnologias digitais, visando analisar como as desigualdades de gênero impactam sobre esses acessos. A obtenção de informações por meio das tecnologias digitais faz parte do processo de conhecimento e, afirma-se, como um direito civil a partir da realidade do mundo globalizado. Entretanto, a participação efetiva das mulheres, em quaisquer atividades, perpassa por problemáticas acerca do patriarcado, demonstrando variados recortes e diferentes intensidades que caracterizam a luta feminina por igualdade. Para maior enriquecimento do trabalho com o objetivo de encarar as realidades que circundam as vidas das camponesas, serão desenvolvidas entrevistas com mulheres que se estabelecem no território intermediário de Varginha, além de contar com análise de dados, acompanhamento de notícias e levantamentos bibliográficos que cercam a temática. Hoje, a realidade da tecnologia perpassa pela ótica que se faz desse instrumento um meio de manipulação e controle a partir das *Big Techs* e, por isso, torna-se necessária a abordagem da temática, - o uso democrático das tecnologias no âmbito da agricultura familiar, tendo em vista que as mais altas tecnologias do momento não chegam as camponesas devido aos impasses do sistema do agronegócio. Ou seja, fazer tecnologia e disseminar o seu uso tem sido veiculado a uma cadeia social muito específica, distanciando-se assim, nesse contexto, o acesso das camponesas à essa realidade tecnológica.

**Palavras-chave:** Técnicas de produção; Feminismo camponês; Acessibilidade às informações.

**Eixo:** Socioespacial.

### 1. INTRODUÇÃO

Entender a produção das territorialidades e as diversas atividades que lhe geram, isto é, o modo de uso e ocupação do território, pressupõe que a participação dos atores e as suas relações se dão a partir da lógica da reprodução social. A relação estabelecida entre os seres, perpassa por uma interação inteiramente ligada às classes sociais, ao passo que, a identidade de gênero – sendo algo já predeterminado a partir do modo de produção capitalista, se apresenta como seguimento de recorte social, ou seja, os papéis e funções a serem exercidas no território não acontecem de modo espontâneo, mas sim, sobre uma ótica já preexistente. Tendo em vista o cenário do patriarcado, inserir esse contexto no espaço rural, torna-se as condições ainda mais arraigadas ao tradicionalismo do machismo estrutural ao entender que as conjunturas espaciais e específicas que cercam as mulheres as caracterizam como um grupo policlassista, e que vão de encontro com a exploração e a opressão ao direcionar a predestinação feminina à instituição familiar, ou ainda, ao reduzir a imagem das mulheres às tarefas domésticas e ao “destino maternal”.





Assim, buscar entender as relações de gênero é investigar o modo como esses arranjos de organizações sociais se estabelecem no espaço geográfico, tendo em vista e sobretudo valendo ressaltar que, essa interação é o elemento fundamental para a formação do território. Entretanto, nas circunstâncias da realidade atual, a relação entre os gêneros passa a criar uma estrutura de poder, partindo da lógica do subalterno diante dos corpos femininos, atingindo-se assim, os mais diversos setores da vida ativa da indivíduo, prendendo-a à uma bolha imaginária de limitações, na qual apresenta fortes contrastes de intensidades quando essas relações se dão no âmbito do campesinato, implicando-se na masculinização da população rural (BRUMER; ANJOS, 2008).

A exemplo, temos a manifestação da reprodução social e a hierarquização dos trabalhos. Torna-se ainda importante explicitar que, a identidade sobre o que é ser homem e o que é ser mulher está vinculado não a tradição ou a cultura, e, muito menos com sistema biológico, mas trata-se diretamente sobre a concretude histórica em que se liga ao sistema de produção, trabalho e a própria lógica de exploração (GUILLAUMIN; TABET; MATHIEU, 2014).

Pensar na emancipação das mulheres camponesas opõe conflito entre antigos aspectos, já concretizados, com novas perspectivas. Diante desse cenário, torna-se necessário pensar e apostar no envolvimento das mulheres em diferentes setores para o exercício da sua cadeia social, tendo em vista que as antigas formas podem até estarem consolidadas como rugosidades no espaço (SANTOS, 1988), no entanto, é essencial pensar em uma mudança desse panorama social que é também político, haja vista que a repressão nunca fará parte do discurso de inclusão social, tendo em consideração o papel da democracia em efetividade. Pretender relacionar as mulheres camponesas, de forma mais prática e efetiva, com o mundo globalizado, apresenta-se como uma tentativa fundamental e interessante sobre o ponto de vista holístico dada a realidade em que vivemos.

O acesso às tecnologias de informação e produção, orientam-se, no plano social, como uma ferramenta inclusiva em setores públicos, políticos e até mesmo nos privados, causando efeitos de poder, participação e voz ativa frente à sociedade e os seus direitos. Embora ela seja imprescindível no campo da realidade, a tecnologia vem se ordenando de maneira negativa frente aos seus usuários, além de que, tomando a realidade brasileira como contexto, é apresentada uma outra problemática no cenário da desigualdade, – a própria questão de acessibilidade às tecnologias e as condições de infraestrutura (BUAINAIN; CAVALCANTE; CONSOLINE, 2021), as quais apresentam diversificação quanto às intensidades e os seus próprios desdobramentos e desenvolvimentos do território.

As especificidades do território são marcadas pela atuação do capital, em que, no contexto brasileiro, o marco temporal do processo de industrialização do país se deu a partir dos anos 60, em





que a integração nacional ocasionou diferentes modos de produção, marcando diferentes desenvolvimentos do território e também sendo esse um dos pilares que atuam sobre conjuntura das desigualdades da sociedade brasileira (CORRÊA, 2011).

Em conjunto ao processo de industrialização, surgiram as inovações tecnológicas que impactaram diferentes setores da economia, em que nessas circunstâncias, foi estimulada uma dinâmica heterogênea da agricultura brasileira (BUAINAIN; CAVALCANTE; CONSOLINE, 2021), na qual representa os diferentes níveis de investimentos quantitativos no setor agrário. Esse cenário de desigualdade implica na marcante relação entre os setores agrários, mais precisamente o agronegócio – que ao se apropriar dos avanços das AgTechs<sup>1</sup>, impulsiona ainda mais o seu desenvolvimento tecnológico frente a concepção de produção e acumulação, uma vez que o avanço da tecnologia é guiado especificamente aos grandes produtores e detentores do capital, recortando-se assim, o panorama de exclusão que é racial, sexista e que marginaliza a classe trabalhadora.

Hoje, existe um importante instrumento usado pelas empresas responsáveis pela emancipação do agronegócio, os chamados *Big Techs*, – que são empresas desenvolvedoras de *softwares*, aplicativos e plataformas digitais. Levando em consideração que tudo que envolve inovação tecnológica, envolve *Big Techs*, torna-se necessário ressaltar a interação, que vem se fortalecendo, entre esses dois setores da economia, uma vez que o crescimento da produtividade é o carro-chefe do enlace, atuando com concentração, centralização e de maneira uniformizada a partir do mecanismo que fortalece esse sistema, os dados dos usuários (GRAIN, 2021).

Todo esse cenário até aqui desenvolvido é para pontuar que, a tecnologia atual é perversa e pensar no acesso democrático à informação nesses moldes não é positivo (TRILHAS FEMINISTAS, 2020), tão pouco favorável. O acesso ao direito de se informar, deve tomar como perspectiva de argumento o mundo globalizado em que vivemos e a utilização dos meios tecnológicos como ferramenta de inclusão em espaços políticos, públicos e até mesmo privados. No entanto, é necessário pensar em um processo democrático que seja justo e inclusivo ao analisarmos as tecnologias como uma ferramenta importante e necessária também para as pequenas e médias produções do sistema alimentar, uma vez que a inserção da mulher nesse setor favorece o fortalecimento e a fomentação da

---

<sup>1</sup> As *AgTechs* são empresas responsáveis única e exclusivamente pelo desenvolvimento do agronegócio a partir dos avanços tecnológicos, tendo como principal objetivo a lucratividade da produção por meio das inovações de maquinários, *softwares* de monitoramento e modificações genéticas de sementes (MIZOKAMI, 2021; PICKERT, [s.d]).





sustentabilidade ao agregar a participação social, a soberania alimentar e a emancipação da mulher camponesa no processo.

Essa articulação entre a dialética da autonomia feminina e a amplitude de se fazer valer o direito ao acesso às tecnologias, culminaria, então, em um enredo de bem estar social ao atender a emergência das duas esferas político-sociais. Desse modo, torna-se necessário e relevante entender de perto os principais impactos sociais que a atual conjuntura digital tem causado no campo e as consequências sobre os grupos específicos que não podem desfrutar dessa condição, ao passo que destaca-se como objetivo principal o reconhecimento dos atuais lugares ocupados por essas mulheres na região intermediária de Varginha (**Mapa 1**) para sustentação da vida campesina.

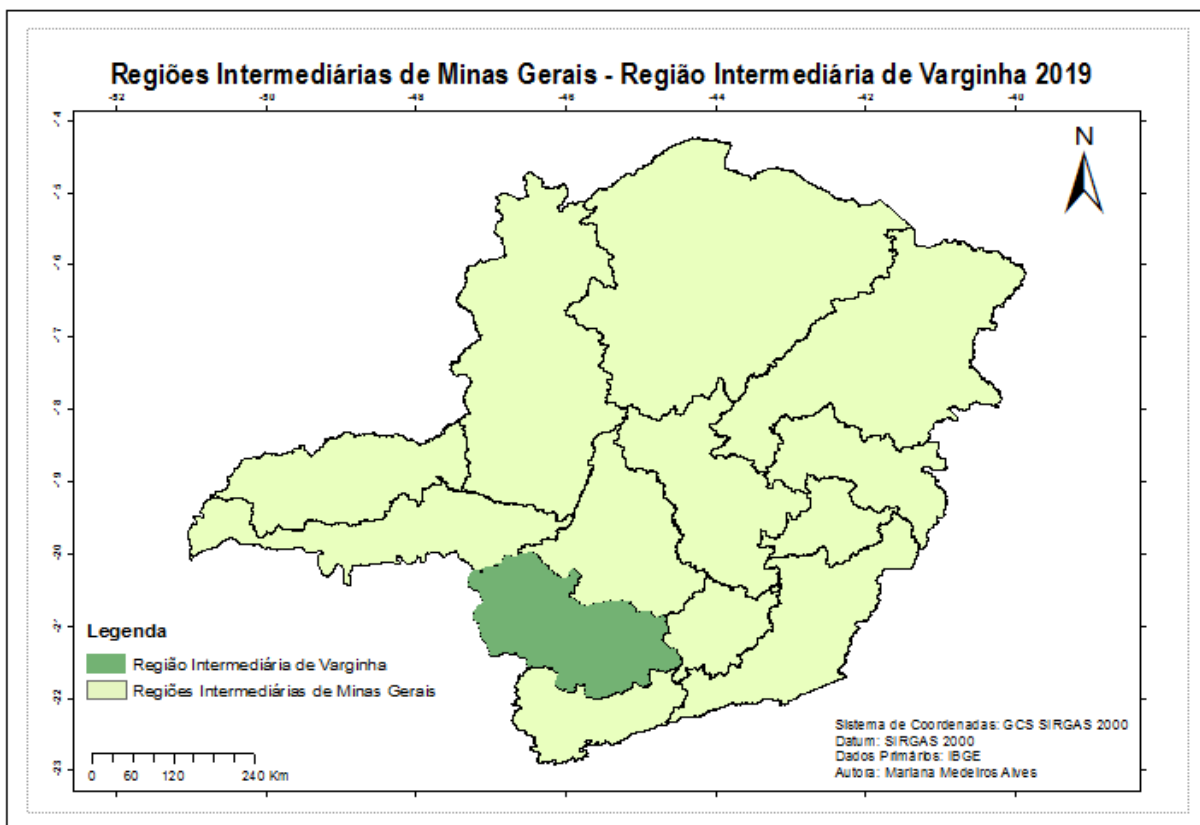
## 2. ÁREA DE ESTUDO

A região geográfica intermediária de Varginha agrupa e organiza 82 municípios mineiros a partir das relações de serviço e consumo estabelecidas entre eles com o município base e de referência, sendo ele, Varginha. Embora, de forma mais específica, o trabalho será desenvolvido em unidades produtivas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tendo ainda a expansão de área de estudo para a Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, além de outros pólos de produção.

O (**Mapa 1**) traz a localização da região no estado de Minas Gerais, destacando os municípios que compreende a área de estudo.



**Mapa 1:** Regiões intermediárias de Minas Gerais tendo como destaque a região intermediária de Varginha, sendo essa última a área de estudos do trabalho. **Fonte:** Desenvolvido pela autora<sup>2</sup>, 2019.



### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos do projeto de pesquisa, temos utilizado procedimentos de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, como o levantamento referencial teórico para melhor compreensão da temática de gênero no campo, tecnologias de produção, soberania alimentar entre outros. Para essas buscas, temos utilizado trabalhos científicos como artigos, teses e dissertações, além dos livros e do frequente acompanhamento de reportagens nos sítios virtuais que tratam sobre o assunto da soberania alimentar e a participação da mulher no mercado de trabalho na região intermediária de Varginha. Para além, publicações parlamentares, administrativas, leis e decretos, também temos considerado e analisado para melhor compreensão da realidade da região em estudo.

Outra importante etapa dentro dos procedimentos de pesquisa são as entrevistas com as mulheres camponesas da região, cujo objetivo será o de obter informações específicas sobre a atual relação da mulher do campo com as tecnologias digitais e de informações, uma vez que as realidades devem ser consideradas para que se faça a inclusão de quem enfrenta tais problemáticas no cotidiano do campo. Os dados coletados serão tabulados e analisados para o desenvolvimento final do projeto



de pesquisa. Ao contrário do levantamento bibliográfico e documental que já estão ocorrendo, essa etapa será desenvolvida posteriormente.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a pesquisa de iniciação científica pretende-se contribuir com as análises mais amplas que têm sido desenvolvidas no projeto de pesquisa sobre como as tecnologias digitais se inserem nas disputas pelo modelo de desenvolvimento do campo entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa. Enfatizar o papel das mulheres nessa conflitualidade nos ajudará a entender como a questão agrária atual se configura de modo amplo, indo além das tradicionais abordagens sobre o trabalho e a posse da terra.

A partir dos levantamentos bibliográficos e documental feitos até o presente momento, faz-se necessário apresentar como consideração inicial os moldes da estrutura das relações de gênero no território, tendo em vista a participação do patriarcado como instrumento de exclusão sobre as mais diversas atividades desenvolvidas nas espacialidades do território. Ainda nessa contextualidade, existem estruturas de poder que se relacionam por meio de recortes muito específicos, em que demonstram diferentes intensidades e consequências sobre a atuação do feminino, uma vez que esse cenário é o que caracteriza a luta feminina por igualdade diante dos processos centrais do modo de produção capitalista (MORENO, 2014).

Nesse sentido, caberá ao trabalho pontuar as definições sobre o território e assim, estabelecer discussões sobre sua organização, bem como as relações ali estabelecidas. Fernandes (2005), argumenta o território para além dos espaços de governança, incluindo também as propriedades interações culturais, sociais, ambientais e econômicas com a dimensão política. Para o autor, o território é marcado pelos interesses (intencionalidades) dos que definiram as políticas de sua configuração e ordenamento. Portanto, o território é entendido como multidimensional por seu sentido político e pelas relações de poder estabelecidas, em que o território é sempre uma construção política determinada pelas relações de poder (FERNANDES, 2007).

Ainda sobre a perspectiva das relações de poder, vale ressaltar a lógica do cenário de conflitualidade do aumento massivo do investimento das tecnologias no campo, ao qual se dá pela visão que é empregada por essas empresas a partir da ideia do mundo globalizado e a própria sociedade que tem, cada vez mais, aderido a suposta razão das transformações digitais sobre os diversos setores de serviços, ao passo que nos induz a pensar na proposição em que se “você não é adepto a essa ideia, você faz parte do grupo atrasado”. Além disso, o fundamental dispositivo







utilizado é o raciocínio de comodidade e atendimento personalizado, tendo que os momentos de consultorias proporcionam uma devolutiva ágil e repleta de informações sobre o que você deve fazer como solução, e é claro que as recomendações dos produtos, para resolver a problemática em questão, são os da própria marca, fazendo-se valer, mais uma vez, o âmago do capitalismo, – o lucro.

Pensando nesse ambiente do neoliberalismo e as suas consequências sistêmicas, torna-se necessário pontuar que os meios de comunicação e de desenvolvimento técnico necessitam ser inclusivos e democráticos, ao passo que, o acesso à informação por meio das tecnologias faz parte do processo do conhecimento, atuando de modo a complementar os anseios e interesses particulares de modo a construir o desenvolvimento colaborativo de projetos e expressões sobre as reais necessidades dos agricultores e agricultoras, sendo considerada então, uma ferramenta de participação política nas ações públicas, tornando-se ainda necessário pensar que o mecanismo da informação pode estimular a presença e participação das mulheres camponesas no processo do avanço tecnológico, uma vez que a inserção das mesmas nesse setor, poderia favorecer a sua emancipação, além do fortalecimento e a fomentação da sustentabilidade ao agregar a participação social e a soberania alimentar em sua conjuntura.

Dessa forma, o resultado esperado perpassa pelo propósito de fazer manter os direitos civis de participação ativa na vida política, haja vista que os meios de comunicação, por exemplo, apresentam dinâmicas importantes e necessárias no mundo globalizado que vivemos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões em torno da pesquisa e suas possibilidades, estão sendo construídas e estruturadas em espaço de tempo que se constitui a partir do início do mês de outubro deste ano, assim, as recentes reflexões e proposições aqui levantadas e não esgotadas estão sendo organizadas em cronograma de estudo para realização futura. Para o momento, apresentamos este artigo com o intuito de divulgar nossa pesquisa em desenvolvimento e somar a ela novas considerações.

#### **5. AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família por toda estrutura e apoio, ao orientador e mentor do projeto Estevan Leopoldo de Freitas Coca, à minha co-orientadora Mariana Medeiros que me ajudou no enriquecimento do trabalho e à FAPEMIG como financiadora da minha Iniciação Científica, além de, é claro, à instituição UNIFAL-MG e a todos os professores que ajudaram na minha caminhada até aqui.





## 6. REFERÊNCIAS

BRUMER, A.; ANJOS, dos G. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista NERA, Presidente Prudente. Ano 11, nº. 12. pp. 6-17 . Jan.-jun./2008.

BUAINAIN, A. M.; CAVALCANTE, P; CONSOLINE, L. Consoline, “**Estado atual da agricultura digital no Brasil: inclusão dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais**”, Documentos de Projetos (LC/TS.2021/61), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2021.

CAROLAN, M. Automated agrifood futures: robotics, labor and the distributive politics of digital agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 184–207, 2020.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5–12, 2011.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Digital Technologies in Agriculture and Rural Areas. Status Report.**, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005.

FIAN INTERNATIONAL; FOCUS ON THE GLOBAL SOUTH. The digitalization of the food system. **Nyéleni Newlester**, p. 1, 2019.

GRAÇAS, V. A; BENEDITO, O. F.; ZELIC, H.; LOBO, N.; MORENO, R.; RIBEIRO, S. **Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento. (Trilhas Feministas)**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2020.

GRAIN. **Controle digital: a entrada das Big Techs na produção de alimentos e na agricultura (e o que isso significa) (Online)**, 2021.

GRANHEIM, S. I. et al. Mapping the digital food environment: a scoping review protocol. **BMJ Open**, v. 10, n. 4, p. e036241, 1 abr. 2020.

GUILLAUMIN, C.; TABET, P; MATHIEU, N. **O Patriarcado Desvendado (Teoria das Três Feministas)**. Edição: SOS Corpo. Recife, 2014.

HARVEY, D. **Novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MEZADRI, A. M. et al. **Feminismo Camponês Popular. Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MIZOKAMI, Katiuscia. O QUE SÃO AS AGTECHS E COMO ELAS ESTÃO REVOLUCIONANDO O AGRO?. [S. l.], 30 abr. 2021. Digital Agro. Disponível em: <https://digitalagro.com.br/2021/04/30/o-que-sao-as-agtechs-e-como-elas-estao-revolucionando-o-agro/>.

MORENO, R. **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2014.







PICKERT, Lorena. AgTechs: o que são e como estão revolucionando o agronegócio? [s.d] AAA Inovação. Disponível em: <https://blog.aaainovacao.com.br/agtechs/>

REIS, M. L. **Estudos de gênero na Geografia uma análise feminista da produção do espaço.** ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 38, P.11-34, JUL./DEZ. DE 2015

SANTOS. M. **Espaço e Método.** Nobel. São Paulo, 1988.

WITTMAN, H.; JAMES, D.; MEHRABI, Z. Advancing food sovereignty through farmer-driven digital agroecology. **International Journal of Agriculture and Natural Resources**, v. 47, n. 3, p. 235–248, 29 dez. 2020.

